

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	3.331.789	3.151.714
1.01	Ativo Circulante	171.226	221.830
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.962	95.492
1.01.03	Contas a Receber	150.784	114.868
1.01.03.01	Clientes	150.784	114.868
1.01.03.01.01	Contas a receber	7.250	5.851
1.01.03.01.02	Créditos com Partes relacionadas	143.534	109.017
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.615	141
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.615	141
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	1.615	141
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.613	5.429
1.01.07.01	Despesas antecipadas	2.613	5.429
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.252	5.900
1.01.08.03	Outros	11.252	5.900
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	6.525	1.173
1.02	Ativo Não Circulante	3.160.563	2.929.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	861.733	755.912
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	795.598	696.057
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	795.598	696.057
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	272	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	272	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	65.863	59.855
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.216	1.436
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	53.178	56.724
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.209	1.695
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	9.260	0
1.02.03	Imobilizado	120.945	125.013
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	100.386	108.891
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	20.559	16.122
1.02.04	Intangível	2.177.885	2.048.959
1.02.04.01	Intangíveis	2.177.885	2.048.959
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.177.885	2.048.959

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	3.331.789	3.151.714
2.01	Passivo Circulante	287.680	344.691
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.402	14.616
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.402	14.616
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	15.402	14.616
2.01.02	Fornecedores	37.041	43.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.922	43.854
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	119	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	156.615	186.438
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	147.542	177.097
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	99.537	130.463
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	40.626	38.657
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	1.131	2.206
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	6.248	5.771
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	157
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	0	157
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.073	9.184
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.073	9.184
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	59.513	80.076
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.432	45.859
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.432	45.859
2.01.04.02	Debêntures	14.081	34.217
2.01.05	Outras Obrigações	15.201	17.872
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.692	13.064
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.692	13.064
2.01.05.02	Outros	5.509	4.808
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.567	2.375
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.942	2.433
2.01.06	Provisões	3.908	1.835
2.01.06.02	Outras Provisões	3.908	1.835
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	3.908	1.835
2.02	Passivo Não Circulante	2.154.600	2.136.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.628.695	1.623.227
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	63.961	97.797
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	63.961	97.797
2.02.01.02	Debêntures	1.564.734	1.525.430
2.02.02	Outras Obrigações	355.996	382.767
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	32
2.02.02.02	Outros	355.996	382.735
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	341.570	350.639
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	14.426	15.380
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	16.716
2.02.03	Tributos Diferidos	129.124	108.074
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	129.124	108.074
2.02.04	Provisões	40.785	22.546
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.662	6.826

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	9.662	6.826
2.02.04.02	Outras Provisões	31.123	15.720
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	31.123	15.720
2.03	Patrimônio Líquido	889.509	670.409
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	133.159	423.659
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	83.809	197.309
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	177.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	509.600	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	523.815	1.524.114	573.784	1.456.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-179.462	-542.607	-232.782	-566.428
3.02.01	Custo de construção	-47.810	-181.135	-115.057	-193.671
3.02.02	Provisão de manutenção	-6.034	-16.639	-6.124	-22.287
3.02.03	Depreciação e amortização	-34.657	-91.436	-27.525	-75.140
3.02.04	Custo da outorga	-46.598	-135.144	-44.681	-142.455
3.02.05	Serviços	-21.810	-51.931	-17.703	-60.101
3.02.06	Custo com pessoal	-14.886	-44.505	-15.245	-44.727
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.055	-11.696	-3.367	-10.412
3.02.08	Outros	-3.612	-10.121	-3.080	-17.635
3.03	Resultado Bruto	344.353	981.507	341.002	890.275
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.801	-79.950	-25.854	-70.879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.782	-79.473	-25.849	-71.311
3.04.02.01	Serviços	-13.002	-39.205	-11.429	-35.464
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-1.084	-3.145	-844	-2.173
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-6.096	-17.658	-5.525	-14.306
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-716	-1.590	-409	-2.107
3.04.02.05	Outros	-7.884	-17.875	-7.642	-17.261
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38	406	14	1.152
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-57	-883	-19	-720
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	315.552	901.557	315.148	819.396
3.06	Resultado Financeiro	-49.699	-132.297	-20.250	-81.778
3.06.01	Receitas Financeiras	10.691	88.831	13.742	21.538
3.06.02	Despesas Financeiras	-60.390	-221.128	-33.992	-103.316
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	265.853	769.260	294.898	737.618
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-89.402	-259.660	-99.893	-249.434
3.08.01	Corrente	-89.736	-238.610	-93.625	-240.067
3.08.02	Diferido	334	-21.050	-6.268	-9.367

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	176.451	509.600	195.005	488.184
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	176.451	509.600	195.005	488.184
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,00829	2,91200	1,11431	2,78962
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,00829	2,91200	1,11431	2,78962

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	176.451	509.600	195.005	488.184
4.03	Resultado Abrangente do Período	176.451	509.600	195.005	488.184

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	596.108	590.728
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	788.207	693.642
6.01.01.01	Lucro líquido do período	509.600	488.184
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.050	9.367
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	3.546	3.545
6.01.01.04	Depreciação e amortização	94.581	77.313
6.01.01.05	Resultado na baixa do ativo imobilizado	879	720
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	20.655	16.329
6.01.01.09	Juros e variações monetárias s/ debêntures, financiamentos e arrendamento mercantil	140.041	86.084
6.01.01.11	Constituição (reversão) da provisão para créditos de liquidação duvidosa	856	-58
6.01.01.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	6.023	4.805
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	16.639	22.287
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.719	634
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-23.452	-10.808
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-3.930	-4.760
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-192.099	-102.914
6.01.02.01	Contas a receber	-2.255	1.154
6.01.02.02	Partes relacionadas - Ativo	-34.789	-20.926
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.474	1.255
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	-2.830	2.234
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-99.541	-90.735
6.01.02.06	Outras contas a receber	0	-522
6.01.02.07	Fornecedores	22.825	27.747
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-10.952	14.416
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	786	1.306
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados IR e CS	209.988	214.280
6.01.02.11	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-3.187	0
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	192	-1.833
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-882	-21.254
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-445	-3.021
6.01.02.15	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-269.535	-227.015
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-218.956	-208.807
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-12.795	-13.653
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-206.161	-195.154
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-467.682	-230.483
6.03.01	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - captações	0	-66
6.03.02	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de principal	-61.011	-140.363
6.03.03	Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil - pagamentos de juros	-102.144	-90.054
6.03.05	Liquidação de Operações com derivativos	-14.027	0
6.03.07	Dividendos pagos	-290.500	0

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-90.530	151.438
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.492	40.900
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.962	192.338

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	423.659	0	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-290.500	0	0	-290.500
5.04.06	Dividendos	0	0	-290.500	0	0	-290.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	509.600	0	509.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	509.600	0	509.600
5.07	Saldos Finais	246.750	0	133.159	509.600	0	889.509

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	357.616	0	0	604.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	488.184	0	488.184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	488.184	0	488.184
5.07	Saldos Finais	246.750	0	357.616	488.184	0	1.092.550

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013</b>
7.01	Receitas	1.658.960	1.572.357
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.613.168	1.544.419
7.01.02	Outras Receitas	45.792	27.938
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-329.589	-356.794
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.384	-85.677
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-59.431	-55.159
7.02.04	Outros	-197.774	-215.958
7.02.04.01	Custo de construção	-181.135	-193.671
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-16.639	-22.287
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.329.371	1.215.563
7.04	Retenções	-94.581	-77.313
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-94.581	-77.313
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.234.790	1.138.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.831	21.538
7.06.02	Receitas Financeiras	88.831	21.538
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.323.621	1.159.788
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.323.621	1.159.788
7.08.01	Pessoal	55.214	52.460
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.280	38.542
7.08.01.02	Benefícios	13.656	10.785
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.061	1.987
7.08.01.04	Outros	1.217	1.146
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	379.557	361.586
7.08.02.01	Federais	306.708	292.946
7.08.02.02	Estaduais	236	166
7.08.02.03	Municipais	72.613	68.474
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	379.250	257.558
7.08.03.01	Juros	243.202	113.745
7.08.03.02	Aluguéis	904	1.358
7.08.03.03	Outras	135.144	142.455
7.08.03.03.01	Direito de outorga	135.144	142.455
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	509.600	488.184
7.08.04.02	Dividendos	113.500	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	396.100	488.184

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Julho a Setembro/2014

##### 1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 476,0 milhões (+3,8%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 322,8 milhões (+0,1%) e a margem EBIT ajustado 67,8% (-2,5 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 358,5 milhões (+2,2%) e a margem EBITDA ajustado 75,3% (-1,2 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 176,5 milhões (-9,5%);

Indicadores (R\$ MM)	3T14	3T13	Var. %
Receita Líquida Operacional*	476,0	458,7	3,8%
EBIT (ajustado)	322,8	322,5	0,1%
Margem EBIT (ajustado)	67,8%	70,3%	-2,5 p.p.
EBITDA (ajustado)	358,5	350,8	2,2%
Margem EBITDA (ajustada)	75,3%	76,5%	-1,2 p.p.
Lucro Líquido	176,5	195,0	-9,5%

\*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, a receita acessória e as deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

##### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

Em unid. (Veq <sup>1</sup> )	3T14	3T13	Var. %
Veículos Equivalentes	71.784.260	73.497.902	-2,3%
Veículos de Passeio (Eq)	31.564.556	30.963.516	1,9%
Veículos Comerciais (Eq)	40.219.704	42.534.386	-5,4%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

##### Tráfego consolidado (-2,3%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de 2,3% sobre o mesmo período de 2013.

##### Veículos de passeio (+1,9%)

A categoria apresentou crescimento de 1,9% no 3T14 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

## Comentário do Desempenho

### Veículos comerciais (-5,4%)

A categoria apresentou uma redução de 5,4% no 3T14 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	3T14	3T13	Var. %
Receita de Pedágio	509.851	490.497	3,9%
Receitas Acessórias	5.843	6.430	-9,1%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>515.694</b>	<b>496.927</b>	<b>3,8%</b>

#### Receita de construção

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	3T14	3T13	Var. %
Total	47.810	115.057	-58,4%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a CCR AutoBAn, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 3T13 apresentou um alto volume de investimentos, principalmente devido à implantação de faixas adicionais na Rodovia Anhanguera e de vias Marginais em Campinas. Além disso, também se destaca a implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

#### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T14 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 3,8% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo reajuste da tarifa em julho/14.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 3,9% no 3T14, em relação ao 3T13, totalizando o valor de R\$ 39,7 milhões.

## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	3T14	3T13	Var.%
Custo de Construção	47.810	115.057	-58,4%
Provisão de Manutenção	6.034	6.124	-1,5%
Depreciação e Amortização	35.741	28.369	26,0%
Custo da Outorga	46.598	44.681	4,3%
Serviços de Terceiros	34.812	29.132	19,5%
Custo com pessoal	20.982	20.770	1,0%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.771	3.776	26,4%
Outros	11.496	10.722	7,2%
<b>Custos Totais</b>	<b>208.244</b>	<b>258.631</b>	<b>-19,5%</b>

Os custos e as despesas totais da Concessionária tiveram uma redução de 19,5% no 3T14, alcançando o valor de R\$ 208,2 milhões.

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram uma redução de 58,4% no 3T14 comparado ao 3T13. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

**Provisão de manutenção:** O grupo não apresentou variação relevante no período.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 3T14, em comparação a 3T13 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T13 e o 2T14.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2014.

Conforme citado no Contexto operacional da Companhia, para efetivar deliberações que visam o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro devido ao não repasse aos usuários do reajuste das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, algumas medidas foram adotadas, e dentre elas o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 3T14 estão 19,5% superiores ao 3T13, principalmente em razão de variação serviços de manutenção da rodovia (custo direto) que tiveram um aumento pontual no período.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 3T14 estão 26,4% superiores ao 3T13, principalmente pela concentração das compras de peças de reposição eletroeletrônicas e de materiais para a Polícia Militar Rodoviária.

**Outros:** Os valores do 3T14 estão 7,2% superiores ao 3T13, principalmente pela doação para projetos da Lei Rouanet.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>3T14</b>	<b>3T13</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	176,5	195,0	-9,5%
(+) IR/CS	89,4	99,9	-10,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	49,7	20,3	144,8%
(+) Depreciação e Amortização	35,7	28,4	25,7%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>351,3</b>	<b>343,6</b>	<b>2,2%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>73,8%</b>	<b>74,9%</b>	<b>-1,1 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	6,0	6,1	-1,5%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>358,5</b>	<b>350,9</b>	<b>2,2%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada</b>	<b>75,3%</b>	<b>76,5%</b>	<b>-1,2 p.p.</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>3T14</b>	<b>3T13</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	176,5	195,0	-9,5%
(+) IR/CS	89,4	99,9	-10,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	49,7	20,3	144,8%
<b>EBIT (a)</b>	<b>315,6</b>	<b>315,2</b>	<b>0,1%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>66,3%</b>	<b>68,7%</b>	<b>-2,4 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	6,0	6,1	-1,5%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>322,8</b>	<b>322,5</b>	<b>0,1%</b>
<b>Margem EBIT ajustada</b>	<b>67,8%</b>	<b>70,3%</b>	<b>-2,5 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>3T14</b>	<b>3T13</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>60,4</b>	<b>34,0</b>	<b>77,6%</b>
Juros e Variações Monetárias	43,5	30,0	45,0%
Juros sobre impostos parcelados	7,1	6,0	18,3%
Valor justo de operações com derivativos	7,2	0	380,0%
Perda com operações de derivativos	5,1	1,5	0,0%
Outras despesas financeiras	-2,5	-3,5	-28,6%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-10,7</b>	<b>-13,7</b>	<b>-21,9%</b>
Rendimento sobre aplicações Financ.	-1,3	-4,0	-67,5%
Valor Justo de dívida ( <i>fair value option</i> )	-5,5	-7,9	-30,4%
Ganho com operações de derivativos	-1,8	0,0	0,0%
Outras receitas financeiras	-2,1	-1,9	10,5%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>49,7</b>	<b>20,3</b>	<b>144,8%</b>

O item de Despesas Financeiras no 3T14 está 77,6% superior quando comparado ao 3T13, principalmente pela contratação, em outubro de 2013, de nova dívida.

Em 28 de maio de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa, de 2,71% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida) para 88,95% do CDI. Em 17 de outubro de 2013, a Companhia contratou operação de derivativo com objetivo de proteção de taxa de 4,88% sobre o IPCA (taxa de remuneração da dívida) para 98,00% do CDI. Essas operações, juntamente com o objeto do *fair value option*, foram registradas de acordo com os respectivos valores justos, o que gerou a variação nas linhas Valor justo de operações com derivativos (Despesa Financeira) e Valor justo de dívida (Receita Financeira).

## 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

## 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>3T14</b>	<b>3T13</b>
Total de acidentes	1.675	1.756
Total de vítimas	938	1.074

A Diretoria.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2014

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. (“Companhia”) tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

Neste período não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

#### Outras informações relevantes

##### Ação Civil Pública

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, ajuizada em 28 de fevereiro de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 julho de 2014. O processo encontra-se em fase de instrução.

##### Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006 que trata do reequilíbrio econômico financeiro da concessão. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

## Notas Explicativas

### Reajuste tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela AutoBAN. Contra essa decisão a AutoBAN interpôs recurso de Agravo de Instrumento em 10 de julho de 2014. Em 16 de julho de 2014, foi concedida a antecipação dos efeitos da tutela requerida nos autos do Agravo de Instrumento. A ARTESP e o Estado requereram a reconsideração da decisão, que foi negada em 23 de julho de 2014. O julgamento do Agravo de Instrumento foi iniciado em 07 de outubro de 2014 com o voto do relator pelo provimento do recurso. Os demais Desembargadores pediram vista do recurso suspendendo o julgamento.

### Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e as novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração decidiu não fazer a opção pela adoção de forma antecipada e quaisquer impactos tributários, se houver, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

Para fins de melhor comparabilidade das ITR, foi efetuada a reclassificação dos juros capitalizados na Demonstração do Valor Adicionado de 30 de setembro de 2013 de Remuneração de Capitais de Terceiros para Outras Receitas, no montante de R\$ 10.808.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de outubro de 2014.

### 2. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

### 3. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

## Notas Explicativas

### 4. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 116.454, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures e tributos a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13, 14 e 15. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	3.982	4.701
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	980	90.791
	<u>4.962</u>	<u>95.492</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,73% do CDI, equivalente a 10,61% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

### 6. Contas a receber

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias	3.618	2.934
Pedágio eletrônico – outros	5.825	4.254
	<u>9.443</u>	<u>7.188</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(2.193)	(1.337)
	<u>7.250</u>	<u>5.851</u>

#### Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Créditos a vencer	6.698	5.594
Créditos vencidos até 60 dias	360	224
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	192	33
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	390	79
Créditos vencidos há mais de 181 dias	1.803	1.258
	<u>9.443</u>	<u>7.188</u>

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

## Notas Explicativas

### 7. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	265.853	769.260	294.898	737.618
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(90.390)	(261.548)	(100.265)	(250.790)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>				
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(77)	244	(213)	(257)
Despesas com brindes e associações de classe	(55)	(152)	(249)	(788)
Despesas indedutíveis	(1.089)	(1.151)	(18)	(138)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	1.901	2.801	852	2.539
Outros ajustes tributários	308	146	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(89.402)</b>	<b>(259.660)</b>	<b>(99.893)</b>	<b>(249.434)</b>
Impostos correntes	(89.736)	(238.610)	(93.625)	(240.067)
Impostos diferidos	334	(21.050)	(6.268)	(9.367)
	<b>(89.402)</b>	<b>(259.660)</b>	<b>(99.893)</b>	<b>(249.434)</b>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>

#### b. Impostos diferidos

	30/09/2014	31/12/2013
<b>Bases ativas</b>		
Depreciação de obras registradas no custo (a)	38.748	37.270
Constituição da provisão de manutenção (b)	11.910	5.969
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (c)	68.950	80.339
Valor justo de operações de <i>hedge</i>	28.633	7.283
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.284	2.320
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	3.157	455
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.350	1.063
Outros	1.806	2.408
	<b>157.838</b>	<b>137.107</b>
<b>Bases passivas</b>		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(182.526)	(173.773)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(63.016)	(57.749)
Valor justo de operações de <i>hedge</i>	(31.409)	(10.547)
Ganho nas operações de <i>hedge</i>	(8.082)	(1.490)
Outros	(1.929)	(1.622)
	<b>(286.962)</b>	<b>(245.181)</b>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<b>(129.124)</b>	<b>(108.074)</b>

## Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07; e
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei nº. 11.638/07.

### 8. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>					
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>				
Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
			<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Não Circulante	<u>53.178</u>	<u>56.724</u>	<u>795.598</u>	<u>696.057</u>	<u>848.776</u>	<u>752.781</u>

(1) A companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa pela extensão do prazo de concessão (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

## Notas Explicativas

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	Transações					
	01/07/2014 a 30/09/2014			01/01/2014 a 30/09/2014		
	Serviços Prestados	Receitas	Intangível	Serviços Prestados	Receitas	Intangível
<b>Controladora</b>						
CCR (a)	5.221	-	-	15.663	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>						
CPC (b)	7.985	-	-	23.400	-	-
Serveng Cívilsan (c)	-	-	-	-	-	25.149
Samm (e)	-	219	-	-	657	-
Total, 30 de setembro de 2014	13.206	219	-	39.063	657	25.149
Total, 01 de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013	13.617	211	-			
Total, 01 de janeiro de 2013 a 30 de setembro de 2013				40.316	632	30.381

### Saldos

	Ativo	Passivo
<b>Controladora</b>		
CCR (a)	-	1.634
<b>Outras partes relacionadas</b>		
CPC (b)	309	2.506
Serveng Cívilsan (c)	-	5.396
Cor (f)	1	-
CGMP (d)	142.208	-
MSVia (f)	4	-
ViaOeste (f)	-	2
Samm (e)	1.284	154
Total circulante, 30 de setembro de 2014	143.534	9.692
Total não circulante, 30 de setembro de 2014	272	-
Total, 30 de setembro de 2014	143.806	9.692
Total circulante, 31 de dezembro de 2013	109.017	13.064
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013	-	32
Total, 31 de dezembro de 2013	109.017	13.096

**Notas Explicativas****Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Remuneração dos administradores (g)	724	862

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia em até R\$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais.

**Despesas com profissionais chave da administração:**

	<u>01/07/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a 30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a 30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/09/2013</u>
<b>Remuneração:</b>				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	389	1.095	234	1.024
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado (h)	200	1.544	843	1.160
Previdência privada	45	137	29	126
Seguro de vida	1	4	1	4
	<u>635</u>	<u>2.780</u>	<u>1.107</u>	<u>2.314</u>

- a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para melhorias da Rodovia, cujos valores serão liquidados no mês subsequente;
- d) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- e) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- g) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- h) Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação de resultado de 2013, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2014.





## Notas Explicativas

### Movimentação da amortização

	31/12/2013		30/09/2014	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(606.531)	(75.395)	696	(681.230)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.585)	(941)	(1)	(5.527)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.016)	(517)	-	(3.533)
	<u>(614.132)</u>	<u>(76.853)</u>	<u>695</u>	<u>(690.290)</u>
	31/12/2012		30/09/2013	
Movimento em 2013	<u>(528.174)</u>	<u>(62.147)</u>	<u>-</u>	<u>(590.321)</u>

## 12. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento Final	30/09/2014	31/12/2013
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	166	212 (c)
Banco Bradesco S/A (Finame)	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	10	95 (c)
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	55	Fevereiro de 2017	99.801	130.752 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	9.416	12.338 (b)
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	-	247 (c)
Itaú leasing S.A (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Maior de 2014	-	12 (c)
<b>Total em moeda nacional</b>				<u>55</u>		<u>109.393</u>	<u>143.656</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						45.468	45.909
Custos de transação						<u>(36)</u>	<u>(50)</u>
						<u>45.432</u>	<u>45.859</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro						63.980	97.841
Custos de transação						<u>(19)</u>	<u>(44)</u>
						<u>63.961</u>	<u>97.797</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

### Garantias:

- (b) Fiança bancária  
(c) Bens financiados

## Notas Explicativas

### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/09/2014</u>
2015	11.286
2016	45.145
2017	<u>7.549</u>
	<u><u>63.980</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

### 13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	30/09/2014	31/12/2013
1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	-	Abril de 2014	-	28.195
4a Emissão - Série 1	109,00% do CDI	0,1217% (b)	4.151	2.514	Setembro de 2017	967.215	965.531 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	408	Outubro de 2017	142.403	131.059 (e)
5ª Emissão - Série Única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,03412% (a)	9.117	7.461	Outubro de 2018	469.197	434.862 (e)
<b>Total geral</b>				10.383		<u>1.578.815</u>	<u>1.559.647</u>
						<b>30/09/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						17.206	37.340
Custos de transação						<u>(3.125)</u>	<u>(3.123)</u>
						<u>14.081</u>	<u>34.217</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.571.992	1.535.009
Custos de transação						<u>(7.258)</u>	<u>(9.579)</u>
						<u>1.564.734</u>	<u>1.525.430</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

## Notas Explicativas

### Garantias:

(e) Não existem garantias.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>30/09/2014</u>
2015	120.625
2016	482.500
2017	502.809
2018	<u>466.058</u>
	<u><u>1.571.992</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2013 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Em 31 de março de 2014, foi liquidada a série 1 da 1ª emissão de debêntures.

### **14. Impostos e contribuições parcelados**

	<u>31/12/2013</u>	<u>30/09/2014</u>			
	Saldo inicial	Provisão de Juros	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	38.657	1.969	(27.755)	27.755	40.626
Não circulante	<u>350.639</u>	<u>18.686</u>	-	<u>(27.755)</u>	<u>341.570</u>
Total	389.296	20.655	(27.755)	-	382.196
	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>			
	Saldo inicial	Provisão de Juros	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	36.650	1.422	(26.011)	26.011	38.072
Não circulante	<u>364.820</u>	<u>14.907</u>	-	<u>(26.011)</u>	<u>353.716</u>
Movimento em 2013	401.470	16.329	(26.011)	-	391.788

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério.
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos.
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à Lei nº. 11.941/09.
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.

## Notas Explicativas

### 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Provisão de juros	Pagamentos	Saldo final
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	424	545	(173)	1.377	(280)	1.893
Trabalhistas e previdenciários	1.813	2.885	(901)	139	(967)	2.969
Tributários	4.589	51	-	160	-	4.800
	<u>6.826</u>	<u>3.481</u>	<u>(1.074)</u>	<u>1.676</u>	<u>(1.247)</u>	<u>9.662</u>
	<b>31/12/2012</b>			<b>30/09/2013</b>		
Movimento em 2013	<u>1.242</u>	<u>6.689</u>	<u>(1.425)</u>	<u>-</u>	<u>(459)</u>	<u>6.047</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 768 e R\$ 1.172, respectivamente (R\$ 1.295 e R\$ 842, respectivamente em 2013).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cíveis e administrativo	6.417	7.104
Trabalhistas e previdenciários	3.561	5.936
Tributárias	<u>686</u>	<u>7.284</u>
	<u>10.664</u>	<u>20.324</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 127.863 para os processos tributários em andamento, os quais são considerados como de risco remoto.

## Notas Explicativas

### 16. Provisão de manutenção

	31/12/2013		30/09/2014			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	1.835	1.161	110	(882)	1.684	3.908
Não circulante	15.720	15.478	1.609	-	(1.684)	31.123
Total	17.555	16.639	1.719	(882)	-	35.031
	31/12/2012		30/09/2013			
Circulante	7.443	9.529	343	(21.254)	3.939	-
Não circulante	603	12.758	291	-	(3.939)	9.713
Movimento em 2013	8.046	22.287	634	(21.254)	-	9.713

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a. e 10,14 % a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 17. Patrimônio Líquido

#### a) Reserva de Lucro

Foi aprovado o pagamento de parte dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 80.500, correspondentes a R\$ 0,46 por ação, com pagamento em 30 de abril de 2014 e no montante de R\$ 68.250, correspondentes a R\$ 0,39 por ação, com pagamento em 30 de maio de 2014.

Em 29 de julho de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 28.250, correspondentes a R\$ 0,16 por ação e, a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 43.500, correspondentes a R\$ 0,24 por ação, com pagamento em 31 de julho de 2014.

Em 28 de agosto de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 70.000, correspondentes a R\$ 0,40 por ação, com pagamento em 29 de agosto de 2014.

#### b) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	176.451	509.600	195.005	488.184
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	1,00829	2,91200	1,11431	2,78962

**Notas Explicativas****18. Receitas**

	<b>01/07/2014 a 30/09/2014</b>	<b>01/01/2014 a 30/09/2014</b>	<b>01/07/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/01/2013 a 30/09/2013</b>
Receitas de pedágio	509.851	1.432.033	490.497	1.350.116
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	47.810	181.135	115.057	193.671
Receitas acessórias	5.843	22.340	6.430	17.762
<b>Receita bruta</b>	<b>563.504</b>	<b>1.635.508</b>	<b>611.984</b>	<b>1.561.549</b>
Impostos sobre receitas	(39.680)	(111.382)	(38.200)	(104.904)
Devoluções e abatimentos	(9)	(12)	-	58
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(39.689)</b>	<b>(111.394)</b>	<b>(38.200)</b>	<b>(104.846)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>523.815</b>	<b>1.524.114</b>	<b>573.784</b>	<b>1.456.703</b>

**19. Resultado financeiro**

	<b>01/07/2014 a 30/09/2014</b>	<b>01/01/2014 a 30/09/2014</b>	<b>01/07/2013 a 30/09/2013</b>	<b>01/01/2013 a 30/09/2013</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(38.649)	(110.405)	(28.097)	(78.293)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(4.839)	(30.850)	(1.869)	(7.920)
Perda com operações de derivativos	(5.093)	(41.192)	(1.510)	(7.277)
Juros sobre impostos parcelados	(7.074)	(20.655)	(5.999)	(16.329)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(706)	(1.719)	(255)	(634)
Capitalização de custos dos empréstimos	4.195	23.452	4.250	10.808
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(7.203)	(35.627)	-	-
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.021)	(4.132)	(512)	(3.671)
	<b>(60.390)</b>	<b>(221.128)</b>	<b>(33.992)</b>	<b>(103.316)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Ganho com operações de derivativos	1.824	53.141	(24)	-
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	5.502	27.608	7.913	12.037
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.271	5.144	3.951	7.492
Juros e outras receitas financeiras	880	1.724	1.902	2.009
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	1.214	1.214	-	-
	<b>10.691</b>	<b>88.831</b>	<b>13.742</b>	<b>21.538</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(49.699)</b>	<b>(132.297)</b>	<b>(20.250)</b>	<b>(81.778)</b>

## Notas Explicativas

### 20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

	30/09/2014			31/12/2013		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	980	-	-	90.791	-	-
Contas a receber	-	7.250	-	-	5.851	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	143.806	-	-	109.017	-
Contas a receber com operações de derivativos	9.260	-	-	-	-	-
<b>Passivos</b>						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(259)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(109.393)	-	-	(143.397)
Debêntures (a)	(611.600)	-	(967.215)	(565.921)	-	(993.726)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(54.409)	-	-	(61.667)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.692)	-	-	(13.096)
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	(16.716)	-	-
	<u>(601.360)</u>	<u>151.056</u>	<u>(1.140.709)</u>	<u>(491.846)</u>	<u>114.868</u>	<u>(1.212.145)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

**Debêntures mensurados ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	969.729	988.334	997.103	1.021.601

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

## Notas Explicativas

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aplicações financeiras	980	90.791
Debêntures	(611.600)	(565.921)
Derivativos	9.260	(16.716)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou *swap* para troca de taxa pré de 2,71% a.a. adicional à variação do IPCA, por 88,95% do CDI. Essa operação, assim como a dívida (objeto do *hedge*) está sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de hedge (*hedge* de valor justo).

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e da 5ª emissão.

## Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nacional)		Valor Justo		Valores Brutos Líquidos		Efeito Acumulado		Resultado		
				Moeda Local	31/12/2013	30/09/2014	Moeda Local	31/12/2013	30/09/2014	Recebidos/(Pagos)	31/12/2013	30/09/2014	Valores a receber/(pagos)	31/12/2013
Posição ativa	MerryL Línch	28/05/2013	16/10/2017	141,170	141,170	142,954	131,566	(4,072)	(2,454)	470	-	(6,249)	2,647	(7,277)
Posição passiva				-	-	(142,484)	(137,815)	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Itaú	17/10/2013	15/10/2018	450,000	450,000	476,658	443,679	(9,955)	-	8,790	-	(10,467)	9,302	-
Posição passiva				-	-	(467,868)	(454,146)	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2014</b>				591,170	591,170	9,260	(16,716)	(14,027)	(2,454)	9,260	-	(16,716)	11,949	(7,277)

## Notas Explicativas

O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Riscos de juros	<u>11.949</u>	<u>(7.277)</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2015.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	153.550	(14.274)	(16.814)	(19.355)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	488.597	(56.033)	(64.209)	(72.386)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(153.723)	14.394	16.964	19.534
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(488.597)	56.033	64.209	72.386
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	147.228	(14.076)	(17.570)	(21.056)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	471.320	(49.879)	(62.333)	(74.781)
Debêntures BNDES	Aumento do CDI	Setembro de 2017	969.729	(114.798)	(143.659)	(172.582)
	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	109.272	(7.892)	(9.278)	(10.665)
<b>Total do efeito de ganho ou perda</b>				<u>(186.525)</u>	<u>(232.690)</u>	<u>(278.905)</u>

As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	10,81%	13,51%	16,22%
IPC-A <sup>(3)</sup>	6,41%	8,01%	9,61%
TJLP <sup>(4)</sup>	5,00%	6,25%	7,50%

## Notas Explicativas

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/09/2014, divulgada pela CETIP.
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (4) Refere-se à taxa de 30/09/2014, divulgada pelo BNDES.
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

### 21. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 92.295;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 78.800;
- Responsabilidade Civil – R\$ 98.500;
- Perda de receita – R\$ 175.012;
- Veículos: Cobertura para danos materiais de R\$ 74.500 (R\$ 500 por veículo) e para danos morais de R\$ 14.900 (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 417.819, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

### 22. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Outorga fixa a pagar	1.051.046	1.188.399	962.338	1.043.237

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

## Notas Explicativas

Esses compromissos atualizados até 30 de setembro de 2014 estavam assim distribuídos:

	<b>Valor Nominal</b>	<b>Valor Presente</b>
2014	73.329	72.735
2015	293.315	282.230
2016	293.315	268.790
2017	293.315	255.991
2018	97.772	82.592
	<u>1.051.046</u>	<u>962.338</u>

No decorrer do período de nove meses de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 180.936, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 173.078 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

### b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 21.656 referente ao direito de outorga variável (R\$ 35.444 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).

### c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Compromisso de investimento	<u>322.251</u>	<u>474.641</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

## Notas Explicativas

### d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

#### i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob sigilo de justiça.

#### ii. Processos Judiciais - Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

- (a) Ação Ordinária nº0019925-66.2013.8.26.0053, ajuizada em 17 de maio de 2013, em face do Estado de São Paulo e da ARTESP, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo Modificativo nº 16/06. O processo encontra-se em fase de instrução.
- (b) Ação Ordinária nº 103043-67.2.2014.8.26.0053, ajuizada em 24 de julho de 2014, em face do Estado de São Paulo e da ARTESP, visando dirimir a controvérsia tratada no processo administrativo descrito no item acima, que tinha por objeto o Termo Aditivo Modificativo nº16/06 de dezembro de 2006. O processo encontra-se em fase de citação dos Réus.

### 23. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos trimestres e períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e 2013, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>01/07/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/09/2014</u>	<u>01/07/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>	<u>01/01/2013 a</u> <u>30/09/2013</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	182	551	289	520

## Notas Explicativas

### 24. Demonstração de fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que afetaram o caixa devido aos pagamentos ocorridos e as transações que não afetaram o caixa pelas compras a prazo; cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2014:

	<u>30/09/2014</u>
Fornecedores	29.638
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(7.548)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b><u>22.090</u></b>
Adições ao ativo intangível	<u>(22.090)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b><u>(22.090)</u></b>

### 25. Eventos subsequentes

#### Emissão de Debêntures

Em 15 de outubro de 2014, a AutoBAn realizou a 6ª emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 545.000, as quais serão remuneradas a IPCA + 5,428% a.a. O principal será pago no vencimento e os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2015 até o vencimento, em 15 de outubro de 2019. A emissão não conta com garantias.

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-03

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº 1 SP 246752/O-6

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014.

Jundiaí, 27 de outubro de 2014.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório de Revisão da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014.

Jundiaí, 27 de outubro de 2014.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional